

Fiocruz

**RELATÓRIO FINAL
II CONGRESSO INTERNO
JANEIRO DE 1994**

O Complexo Institucional Fiocruz

Políticas e Prioridades

A articulação entre políticas públicas e interesses sociais estrategicamente orientados demonstrou ter sido o fator propulsor do desenvolvimento da competitividade em outros países. No nosso País, a necessidade de enfrentar as transformações nos processos de produção aparece em um contexto no qual somam-se as conseqüências do desinvestimento em um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico àquelas decorrentes da escassez de recursos públicos a qual tem implicado na desmontagem dos aparatos estatais.

No que concerne ao campo da Ciência e Tecnologia a crítica ao Estado se fundamenta no desinvestimento e em sua incapacidade de promover o salto qualitativo necessário ao desenvolvimento do País, o que implica na necessidade de mudança em direção a investimentos seletivos.

Na área da Saúde, contrariamente à visão do Estado mínimo entendemos que este deve cumprir um papel ativo, redistributivo, regulatório e de provisão de bens e serviços, visando à promoção do desenvolvimento humano, da justiça social e da qualidade de vida.

Esse papel ativo se impõe, mais claramente, pelo fato do mercado, por si só, não ter apresentado alternativas consistentes para a superação da crise social brasileira. Comprova-se, ao contrário, que a lógica do mercado apenas contribui para acelerar a situação de desagregação e de miséria social.

Além de criar, a longo prazo, as condições de superação dos desafios atuais em termos da produção científica e tecnológica em saúde capaz de competir internacionalmente, é imprescindível simultaneamente responder às gritantes demandas decorrentes da condição econômica a que está submetida a maioria da população brasileira.

A Fiocruz se propõe a reafirmar seus princípios éticos e atualizar seus compromissos com a sociedade brasileira, compreendendo que sua inserção no conjunto de instituições sociais é de alguma maneira privilegiada, já que alcança reunir, no campo da Saúde, práticas diversas relativas à produção científica e tecnológica, formação qualificada de recursos humanos, prestação de serviços e controle de qualidade.

A condução de um conjunto institucional de tal complexidade representa um grande desafio, ao mesmo tempo em que sinaliza as enormes possibilidades existentes de integração e melhoria da qualidade de nossa produção, de forma a cumprir integralmente com os compromissos institucionais e atender à expectativa que nos atribui a sociedade.

É consensual o entendimento de que a Instituição precisa estabelecer mecanismos permanentes e transparentes de avaliação das atividades desenvolvidas.

Ressalta-se que a avaliação da qualidade deve levar em consideração o papel social da Instituição, passando no caso individual pelo referencial técnico e na avaliação institucional

pelas metas e/ou produtos que devem estar em consonância com as demandas sociais prioritárias. Deve-se identificar, para efeito de avaliação e definição de prioridades, interlocutores oriundos das organizações representativas da sociedade, da comunidade científica e das instituições formadoras de recursos humanos.

Aprimorando sua vocação histórica de instituição de ponta nas áreas de Saúde e Ciência e Tecnologia, a Fiocruz deve assumir um lugar de destaque e referência do Sistema Único de Saúde.

Dadas as múltiplas dimensões (biológicas, sociais, culturais, etc.) do processo saúde-doença, um programa que pretenda ter efetividade nas suas ações deveria se desenvolver sob a concepção de multidisciplinaridade e, para tanto, articular-se nas várias áreas disciplinares disponíveis na Instituição e fora dela. A operacionalização de um programa estratégico em saúde pressupõe um alto nível de integração entre instituições de pesquisa, ensino e serviços.

A autonomia da Fiocruz, hoje condicionada pelas leis e normas que subordinam a administração pública, é o requisito imprescindível para dotá-la de capacidade gerencial para responder às graves questões que afetam a saúde da população brasileira.

O problema identificado em termos de falta de autonomia aponta no sentido da busca de uma nova forma de gestão que supere suas crescentes dificuldades de operação devendo-se, simultaneamente, examinar medidas e mecanismos permitidos pela legislação com vistas à flexibilidade administrativa necessária ao funcionamento da Fundação, viabilizando política, jurídica e administrativamente a implantação de uma nova forma de gestão para a Instituição como um todo.

Proposições Específicas

Estatuto

- Continuar a ação junto ao Congresso Nacional para viabilizar a aprovação da medida legal que altera a natureza jurídica da Fiocruz.
- Realizar as ações necessárias para a aprovação do Estatuto e implementação das conclusões do Congresso.
- Se o estatuto não for aprovado até o fim do primeiro semestre de 1994, convocar Assembléia Extraordinária do II Congresso Interno, no segundo semestre, para análise da situação e encaminhamento de propostas.

Mandato da atual Presidência

A Plenária do II Congresso, considerando a legitimidade da atual direção, eleita de acordo com as normas estatutárias aprovadas no I Congresso, aprovou o mandato pleno de 4 (quatro) anos (janeiro/93 a dezembro/96) acompanhando o prazo estabelecido no Estatuto.

Proposta de Reforma Administrativa do Ministério da Saúde – Geras

Diante da proposta de Reforma Administrativa elaborada pelo Ministério da Saúde, e, considerando seus efeitos sobre o complexo institucional da Fiocruz, a Plenária do II Congresso Interno manifestou-se por:

- Reafirmar a preservação da Unidade Institucional da Fiocruz como requisito para o desenvolvimento integral das atividades de desenvolvimento científico e tecnológico, formação de recursos humanos, produção de serviços de saúde e controle da qualidade.
- Recomendar que o Ministério da Saúde, por meio de grupos técnicos específicos *ad hoc*, aprofunde os temas em debate, principalmente aqueles relativos ao financiamento do SUS e ao modelo de vigilância proposto como componente básico de atenção à saúde, e defina, com maior precisão, o papel do desenvolvimento científico e tecnológico e a formação de recursos humanos.

A Presidência da Fiocruz deverá promover o debate nas Unidades e demais fóruns, visando a atualizar a discussão das propostas para a área da saúde, considerando o processo de revisão constitucional e a reforma administrativa do Ministério da Saúde.

Instâncias Integradoras

As diferentes propostas visando ao fortalecimento da unidade do complexo institucional da Fiocruz convergiram para a articulação das atividades de Pesquisa, Ensino, Produção, Atenção à Saúde, Controle da Qualidade, Informação e Gestão Administrativa.

Sem eludir a diversidade, a especificidade e a complexidade próprias a cada um dos campos de atuação da instituição, compreende-se que a criação de mecanismos apropriados de articulação é um dos fatores necessários para a definição e implementação de políticas compatíveis, racionalizadoras e potencializadoras do melhor desempenho coletivo.

Para tanto foi proposta a criação de um Centro de Estudos Avançados e Interdisciplinares, visando ao estabelecimento de reflexão e diálogo produtivo entre os diferentes profissionais envolvidos com o tema da ciência e da saúde.

A existência de instâncias integradoras é imprescindível para que o processo de articulação das diferentes políticas tenha um caráter permanente, bem como para assegurar, através do sistema de representação das Unidades e instâncias coletivas, a natureza democrática e participativa dos processos de decisão, de modo a evitar a duplicidade nos programas institucionais.

Foi aprovada a criação das Câmaras Técnicas de Ensino; de Pesquisa; de Desenvolvimento Tecnológico, Produção e Controle da Qualidade; de Atenção à Saúde; de Informação, Informática e Comunicação; de Gestão, Infra-estrutura e Preservação do Patrimônio, vinculadas à Presidência da Fiocruz, com caráter assessor do CD/Fiocruz na formulação de políticas institucionais nas áreas de competência.

A composição das Câmaras Técnicas será definida pelo CD/Fiocruz, sendo integradas por profissionais de reconhecida competência na área de atuação da Câmara, assegurado do direito de representação das Unidades e da Vice-Presidência da área específica.

Mecanismos de Representação

- Atualização dos critérios de representação das Unidades da Fiocruz para os próximos Congressos, garantindo a ampla participação do conjunto de suas áreas.

Estrutura

Em relação à estrutura organizacional, o CD/Fiocruz deverá, no prazo máximo de 90 dias, estabelecer os critérios definitivos para a caracterização não apenas das Unidades Técnico-Científicas, mas do conjunto das estruturas organizacionais da Fiocruz e suas subdivisões (Centros, Serviços, Departamentos, Laboratórios, etc.).

Após o estabelecimento destes critérios, as Unidades terão prazo máximo de 90 (noventa) dias para reformular seus Regimentos Internos, adequando-se aos critérios estabelecidos.

Pesquisa

Políticas e Prioridades

A produção científica, cada vez mais, está determinada pela existência de uma política científica, que condiciona o estabelecimento de prioridades.

A riqueza das atividades de pesquisa da Fiocruz, envolvendo campos disciplinares e metodologias diversas, requer, para a definição de linhas de investigação prioritárias, a adoção de um conjunto diversificado de critérios, tais como:

- **De pertinência:** perfil epidemiológico, vocação institucional, demandas sociais, excelência científica e acompanhamento do desenvolvimento científico.

- **De relevância:** impacto na morbimortalidade, ambiental e científico, produção e desenvolvimento tecnológico, fortalecimento institucional, circulação e difusão da informação e integração multidisciplinar e intra-interinstitucional.

A definição de prioridades deve funcionar como um incentivo para programas de pesquisa, através de recursos materiais e humanos. Para tanto é indispensável compatibilizar a liberdade de pesquisa com a realidade social.

Entende-se que uma política de priorização não deve cercear o direito e a liberdade do pesquisador de planejar e conduzir, com competência, sua linha de investigação. Deve-se considerar a pesquisa em temas não prioritários, desde que seja geradora de competências específicas.

A definição de prioridades deve-se dar basicamente pelo CD/Fiocruz, levando em conta os critérios propostos e as recomendações dos fóruns e instâncias integradoras. As prioridades poderão ser atualizadas a qualquer momento no caso do surgimento de fatos relevantes que assim aconselhem.

A Fiocruz deverá estimular a integração interinstitucional, identificando instituições e/ou grupos de pesquisa e promovendo a cooperação de modo a somar competências e recursos. Para tanto, deverá regulamentar a celebração de convênios e estimular os programas de cooperação.

Para reforçar a integração, a Fiocruz deve estimular a pesquisa interdisciplinar, promovendo integração inter-laboratórios, interdepartamental e inter-Unidades, possibilitando uma forma inovadora de pesquisa a qual se reflita também nas áreas temáticas da Pós-Graduação.

Proposições Específicas

- Criação de curso de capacitação científica, como instrumento de integração entre ensino, pesquisa, prestação de serviços de saúde e produção.
- Estímulo a programas horizontais que articulem pesquisa/ensino e serviços de saúde, utilizando métodos de educação mais amplos, acessíveis a todas as Unidades.
- Realização de congressos, como meio para divulgação da produção científica e dos trabalhos em curso.
- Estabelecimento de um processo de avaliação quantitativo e qualitativo das atividades de Pesquisa, com parâmetros formuladas pelas instâncias integradoras adequadas e participação de consultores externos. Este processo deve levar em conta, além dos mecanismos já consagrados de aferição de desempenho, as especificidades de cada área.

- Criação e ampliação de mecanismos próprios de financiamento das atividades de pesquisa pautados nas diretrizes de excelência na produção científica, capacidade de integração das atividades institucionais e prioridades da Fiocruz.
- Afirmção da necessidade de manutenção do Programa de Apoio e Pesquisa Estratégica em Saúde (PAPES) como instrumento fundamental de incentivo à pesquisa.
- Adoção de mecanismos similares para outras áreas de atuação consideradas prioritárias para o desenvolvimento institucional, viabilizando a participação de grupos emergentes.

Ensino

Políticas e Prioridades

O Ensino como uma das atividades finalísticas da Fiocruz implica na formulação de política específica que dê conta do processo educativo, tanto no sentido amplo dos processos pedagógicos que se desenvolvem no bojo das relações sociais, quanto no das ações institucionais específicas.

A Fundação constitui um espaço privilegiado que propicia a formulação de uma ação ampla no campo do ensino em saúde, de acordo com as transformações que ocorrem na organização do processo de trabalho em saúde.

A ampliação do espaço dedicado à formação de Recursos Humanos impõe-se como uma necessidade, de acordo com as transformações na organização do processo de trabalho em saúde; as exigências colocadas pela implantação do SUS; as transformações em curso no Sistema de Saúde; os desafios no campo da política de Ciência e Tecnologia; o próprio caráter estratégico e interdisciplinar, a exigir permanente atualização e incorporação de novos conhecimentos e metodologias, oriundos de diferentes campos do saber e das práticas sociais.

O ensino, para além de sua associação com a atividade de pesquisa científica e tecnológica, configura-se como campo gerador de conhecimentos, capaz de abranger atividades de produção, desenvolvimento tecnológico, pesquisa, controle de qualidade e prestação de serviços de saúde.

Neste sentido, não pode ser visto exclusivamente como campo privilegiado para o aprendizado de determinados métodos ou procedimentos técnicos ou de transmissão de conhecimentos fragmentados, mas como um espaço de articulação e observação das transformações que se processam no trabalho de pesquisa, de produção, de serviços, bem como na sociedade, identificando os novos paradigmas que informam as atividades

científicas e os processos produtivos e seus conseqüentes impactos sobre a saúde das populações.

Assim, a estreita articulação a ser estabelecida com as diferentes Unidades e respectivos profissionais permitirá a definição de prioridades e a formulação de conteúdos curriculares dos cursos, em diferentes níveis, os quais se realizam na Fiocruz. Esta maneira de entender a atividade de Ensino contribuirá para redefinir as políticas de formação de profissionais de saúde, de acordo com as necessidades do País e com as transformações que se processam neste final do século nas dimensões sociais e humanas.

Considerando-se as especificidades e complexidades dos diferentes níveis de ensino desenvolvidos na Fiocruz, desde os níveis elementar e médio até a pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu**, devem ser estabelecidas prioridades e estratégias de ação, em termos da formação de recursos humanos, de acordo com o seu papel de instituição de referência na área de Saúde, bem como de produção e socialização de conhecimentos.

A política de Ensino da Fiocruz deve garantir a organicidade das ações desenvolvidas, tanto no que se refere à constituição de órgãos colegiados que permitam a articulação dos diferentes níveis de ensino, quanto no que diz respeito ao estabelecimento de mecanismos que promovam a integração entre as diferentes Unidades, instituições congêneres e com a sociedade civil.

A eleição do princípio da integração como um dos principais eixos da política institucional terá no ensino um importante instrumento de articulação da produção de conhecimento, de bens, de controle de qualidade, de pesquisa científica e atenção à saúde.

O reconhecimento das diferenças e particularidades destas atividades e o compromisso de fortalecer a Unidade institucional são pontos de partida para identificação das interseções e possibilidades de complementação das diferentes linhas de ação, permitindo a construção de projetos integradores.

Proposições Específicas

- Estabelecimento de acordos, convênios e/ou protocolos entre órgãos internos e/ou externos à Fiocruz, a fim de formalizar e institucionalizar as ações de ensino, assim como definir áreas prioritárias para a formação de técnicos.
- Criação de Coordenações de Ensino no interior de cada Unidade, para viabilizar as ações necessárias às políticas traçadas.
- Estabelecimento de formas de reconhecimento institucional e profissional dos funcionários envolvidos em atividades de ensino, cuja lotação seja em Unidades que não tenham o ensino como atividade principal.

- Valorização da atividade docente enquanto atividade finalística da Fiocruz, para compor a avaliação do desempenho funcional.
- Em nível de pós-graduação, criação de núcleos básicos de temas ou programas complementares. A definição de núcleos temáticos básicos em áreas complementares deve buscar aumentar a integração e ampliar as opções dos estudantes, mantendo, no entanto, a liberdade de definição de estruturas e grades curriculares específicas.
- Constituição de mecanismos permanentes de avaliação considerando os critérios relativos à quantidade e qualidade da atividade pedagógica, à metodologia de ensino, à relevância dos cursos e seu impacto social, no que se refere à qualificação dos profissionais; contando com a participação de consultores externos e a adoção de parâmetros específicos para as áreas emergentes.

Produção e Desenvolvimento Tecnológico

Políticas e Prioridades

As atividades de produção tecnológica em saúde devem ter como princípios básicos a integração com as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, inserção na construção do SUS, integração e modernização do parque industrial estatal, possibilitando a geração de novos conhecimentos e a capacitação de recursos humanos especializados.

A convergência entre pesquisa científica e tecnológica e a atividade industrial deve ser aprimorada, enfatizando-se o importante papel da indústria tanto no emprego econômico e social das tecnologias desenvolvidas internamente, quanto na transferência de conhecimentos industriais para a Fiocruz, garantidos pela existência de mecanismos ágeis e flexíveis de gerenciamento.

Objetivando a realização de atividades de elevado conteúdo tecnológico, a Fiocruz tem o papel de centro difusor de conhecimentos e tecnologias para os agentes que atuam nas áreas de imunobiológicos, fármacos e medicamentos, reagentes para diagnósticos, produtos naturais, entre outros insumos.

Soma-se a este o papel de centro de avaliação tecnológica, capaz de realizar uma análise crítica de novas tecnologias e daquelas já existentes, para avaliar seu impacto na Saúde através de abordagens multidisciplinares, subsidiando assim os processos de regulação tecnológica e de incorporação de tecnologias pelo Sistema Único de Saúde.

A abordagem da tecnologia na Fiocruz deve ser abrangente, englobando tudo aquilo que transforma a relação do homem com o meio, incluindo não apenas a tecnologia de equipamento/produto, mas também a tecnologia de serviço.

Para tanto, busca-se uma maior integração entre atividades de pesquisa e produção estabelecendo-se programas estratégicos que promovam a intergração intrainstitucional e também a maior articulação da Fiocruz com outras instituições que complementem o uso racional dos recursos existentes.

Na política de produção de imunobiológicos é fundamental estabelecer prioridades, em função das necessidades de saúde da população, das políticas institucionais e do conhecimento gerado pelas Unidades de pesquisa.

Em relação à produção de medicamentos, deve-se priorizar as ações a serem desenvolvidas sob a perspectiva da consolidação do fornecimento de medicamentos genéricos à rede do SUS e à elaboração de um Programa Institucional de Produtos Naturais.

Proposições Específicas

- Articulação das Unidades de Produção nas atividades de formação de recursos humanos, através da criação de coordenações de ensino-treinamento, que participem na definição das políticas e estratégias de formação de recursos humanos, assim como no aperfeiçoamento dos quadros técnicos internos.
- Aprofundamento e democratização de conceitos, princípios e utilização do sistema de patentes, aprimorando e incorporando mecanismos institucionais que promovam a proteção do patrimônio científico e tecnológico, buscando, ao mesmo tempo, garantir o acesso da população aos produtos e bens necessários à promoção e recuperação da saúde. Que o CD/Fiocruz promova, o mais breve possível, esta discussão com todas as Unidades.
- Ênfase à participação da Fiocruz nos debates que se travam em âmbito nacional, no que se refere à legislação de proteção às patentes e seus reflexos no desenvolvimento do parque de produtos nacionais.
- Elaboração de projetos e programas institucionais com definição de objetivos, metas e avaliação sistemática, os quais estimulem a integração das áreas científica, tecnológica e produtiva;
- Fomento à criação de mecanismos próprios de integração entre as Unidades de Produção, Pesquisa e Controle da Qualidade, através da promoção de eventos técnicos-científicos.
- Expansão das fronteiras de atuação da Fiocruz, através do estabelecimento de associações, convênios, colaborações, em todos os níveis, com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento e à produção.

- Identificação de programas prioritários em outras instituições, visando à articulação, cooperação e captação de recursos.
- Fortalecimento da atividade de gestão tecnológica, de forma a propiciar a busca de parcerias e alianças estratégicas de projetos institucionais prioritários.
- Implantação de uma política de desenvolvimento e transferência de tecnologia visando ao fortalecimento da indústria, química farmacêutica nacional.
- Promoção da participação da Fiocruz em Associações que reúnam instituições públicas produtoras de insumos em saúde, de forma a estabelecer metas práticas de fabricação, com o objetivo de se ter um planejamento estratégico nacional.

Atenção à Saúde

Políticas e Prioridades

O Programa Integrado de Assistência tem como pressuposto a necessária articulação entre as dimensões de atenção à saúde, ensino e pesquisa. Assim sendo, o entendimento sobre o papel da prestação de serviços deve tomar em conta três dimensões: como referência assistencial, como elemento articulador com o Ensino e a Pesquisa e como campo emergente de questões.

A atividade prestação de serviços de saúde desenvolvida na Fiocruz é caracterizada como sendo de referência e leva em conta tanto a qualidade e complexidade de serviços instalados, quanto a articulação existente entre a produção de serviços com as atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento, avaliação e difusão tecnológica.

Esses atributos, responsáveis pela qualidade e complexidade dos serviços prestados, tornam-se de referência para a área saúde enquanto difusores, articuladores e disseminadores de práticas na rede de serviços.

Deve-se reforçar o papel diferenciado das atividades de assistência desenvolvidas nas Unidades da Fiocruz enquanto articuladoras e disseminadoras de práticas inovadoras para a rede de serviços do SUS.

As características próprias das atividades assistenciais da Fiocruz, mais do que um campo de aplicação da produção científica, aproximam as políticas de Saúde e Ciência e Tecnologia, em um processo continuado de surgimento de questões e busca de respostas, permitindo legitimar e retroalimentar todas as atividades envolvidas.

Deve-se considerar essa dimensão do *objeto saúde*, a partir da própria atividade assistencial, que surge como uma prática geradora de conhecimentos, através da investigação científica e formação de recursos humanos, nos diversos níveis.

Os setores da Fiocruz envolvidos com assistência constituem-se em meios de interlocução direta da Instituição com a sociedade, funcionando inclusive como *termômetros* sociais das demandas em saúde. Em consequência constituem-se também em campos de atuação e treinamento em diferentes áreas e níveis de complexidade para o ensino e a pesquisa.

Proposições Específicas

- Buscar a compreensão das áreas de Pesquisa, Ensino e Prestação de Serviços de Saúde, não apenas a partir das suas funções específicas, mas também a partir da capacidade que as diferentes Unidades têm de produzir conhecimentos e experiências integradoras.
- Criar mecanismos articuladores entre atividade assistencial e as diferentes práticas realizadas na Instituição, de forma a explorar as inúmeras possibilidades que esta integração pode propiciar para todo o complexo institucional.
- Reforçar o papel do Instituto Fernandes Figueiras como Instituto de ensino e pesquisa de referência para área de saúde da mulher, do adolescente e da criança, cumprindo objetivos e desempenhando funções no interior do Complexo Institucional da Fiocruz.

Controle de Qualidade

Políticas e Prioridades

A recuperação do conceito de Vigilância em Saúde como ação de saúde pública, conjugando o papel regulador do Estado com serviços descentralizados, confere importância estratégica ao Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS) como Unidade central de referência, com interlocução nas três esferas do governo. Por outro lado, ele passa a ser elemento imprescindível para incorporar e integrar as práticas diferenciadas de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária no quadro de **responsabilidade sanitária** do SUS.

A Fiocruz, por mais de uma década, vem desenvolvendo atividades relativas ao monitoramento da qualidade de produtos de consumo, insumo, serviços e meio ambiente, o que requer sua estreita articulação na esfera federal, não só com os diferentes órgãos do Ministério da Saúde, como também com outros Ministérios (como por exemplo, Agricultura, Justiça e Meio Ambiente) e setores da sociedade civil, como órgãos de defesa do consumidor.

Considerando as responsabilidades do INCQS no SUS, sua inserção no Complexo Institucional da Fiocruz potencializa e confere a abrangência e multidisciplinaridade

necessárias, para cumprir o papel do Instituto no desenvolvimento de metodologias de controle mais compatíveis com os avanços científicos e tecnológicos da indústria produtora de bens e produtos, assim como no apoio ao desenvolvimento dos recursos técnicos e humanos dos órgãos vinculados às ações de Controle da Qualidade em Saúde.

A visão da unidade exclusivamente como prestadora de serviços laboratoriais é errônea, tendo em vista as responsabilidades do órgão em acompanhar os avanços científicos e tecnológicos nas áreas de metodologias analíticas e de formação de recursos humanos. Somam-se a estas a responsabilidade de realizar pesquisas que visem a avaliar o impacto de bens e insumos sobre a saúde do consumidor e a produção de conhecimentos através da pesquisa científica voltada para o desenvolvimento do sistema de qualidade.

Por outra parte o INCQS deve orientar sua ação a partir de uma visão mais atualizada e contextualizada, em função dos problemas, necessidades e interesses do Estado e da sociedade civil, nas seguintes áreas de atuação:

- Participação na elaboração e execução de programas e projetos de avaliação do impacto da qualidade de produtos e insumos na saúde da população;
- Desenvolvimento de metodologias e estabelecimento de padrões de referência nacional para o Controle da Qualidade;
- Participação na estruturação e apoio ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e humanos da rede nacional de laboratórios de controle de qualidade em saúde;
- Colaboração com o Sistema de Vigilância Sanitária na emissão de parecer técnico para registros de produtos, laudos arbitrais e outras atividades referenciais;
- Difusão da informação em interação com instâncias de proteção e defesa do consumidor.

Proposições Específicas

- Fortalecer o papel do INCQS como elemento de articulação entre o sistema de vigilância em Saúde, o Sistema de Laboratórios de Saúde Pública e os diversos programas de atenção à Saúde do Ministério da Saúde, no que diz respeito às questões do controle da qualidade de bens, produtos, ambientes e serviços.
- Reavaliar e reprogramar sua atual estrutura e organização, a fim de que possa efetivamente cumprir seus objetivos, de fundamental importância no âmbito da Saúde Pública.

Informação Científica e Tecnológica e Comunicação Social em Saúde

Políticas e Prioridades

Com o grande desenvolvimento científico e tecnológico verificado nas últimas décadas a informação científica e tecnológica aliada ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, converteu-se em um instrumento de poder, aumentando a defasagem entre países periféricos e, internamente a cada país, entre ricos e pobres.

Se, por um lado, isto gerou uma ampliação no próprio conceito de informação, dificultando a clara identificação de seu objeto, por outro lado evidenciou-se o papel político crucial que advém da necessidade e possibilidade de se ampliar o controle social sobre as atividades públicas, como parte da construção e exercício da cidadania.

Cada vez mais torna-se imprescindível trabalhar com um conceito ampliado de informação, capaz de dar conta da diversidade de meios e formas de atuação, incluindo: bibliotecas, arquivos, coleções científicas, museus, disseminação, comunicação social, bases de dados, etc.

No Brasil, o monopólio dos meios de comunicação limita o exercício do direito do cidadão à informação e, conseqüentemente, à saúde.

A posição que ocupa a Fiocruz no campo da Ciência e Tecnologia em Saúde e no SUS capacita-a para assumir papel de relevância no intercâmbio de informações sobre pesquisa biomédica, bem como na comunicação social no campo da Saúde Coletiva.

Por outro lado, o papel do controle social sobre as atividades públicas, parte da construção e do exercício da cidadania, faz da comunicação social em saúde um instrumento privilegiado de interação da Fiocruz sendo, portanto, a informação científica e tecnológica uma área essencial a seu desenvolvimento institucional.

Todas as iniciativas de disseminação, divulgação e difusão da Fiocruz, independentemente dos meios técnicos utilizados (informática, telemática, impressos, audiovisuais, etc.) devem estar em consonância com uma política de difusão de informação/comunicação. Esta política deve reconhecer e contemplar os diversos públicos com os quais a Fiocruz se relaciona, estabelecendo, para cada um, estratégias específicas. No entanto, isto não deve ser confundido com uma centralização em uma mesma estrutura organizacional das iniciativas de comunicação/difusão de informação, a qual fatalmente sucumbiria diante da pluralidade e complexidade das atividades e processos de trabalho desenvolvidos pela Fiocruz.

A formulação da política de informação/comunicação deve basear-se nas seguintes premissas:

- O acesso à informação é um direito e é dever do setor público garanti-lo;

- A política de comunicação deve ter como prioridades a defesa da cidadania e o estabelecimento de mecanismos de controle social;
- A difusão de informação se inscreve como uma das práticas necessárias à superação das desigualdades sociais, particularmente quanto à melhoria das condições de saúde;
- A socialização da informação deve estar voltada para a ampliação da consciência sanitária, a capacitação dos diferentes atores para o exercício de uma gestão participativa no campo das políticas públicas, o intercâmbio entre as instituições científicas;
- O critério ético balizará as ações de comunicação da Instituição.

No interior da Instituição a política de informação e comunicação deve buscar superar a fragmentação das ações institucionais, criando possibilidades de integração.

Proposições Específicas

- Criação de um Programa Integrado de Informação com o objetivo de articular os esforços das Unidades nas funções de produção, captação, armazenamento, análise e difusão interna e externa de informações em saúde.
- Fixação no orçamento de cada Unidade, em função da importância deste programa para a interação dos diversos setores da Fiocruz e dela com a sociedade, dos recursos compatíveis com os planos de trabalho e atividades propostos.
- Ampliação do espaço dedicado à produção científica nacional e às informações que possam contribuir para promoção da Saúde Pública e aprofundamento da consciência sanitária da população. Para operacionalizar esta estratégia, torna-se necessário o estabelecimento de interlocutores da Coordenadoria de Comunicação Social em todas as Unidades e o engajamento da comunidade institucional, como um todo, na política de divulgação.
- Conclusão do projeto físico e implantação do projeto lógico da Rede Fiocruz, interligando todas as Unidades, departamentos e laboratórios da Fiocruz.
- Identificação e prioridade na implantação de Bancos de Dados institucionais.
- Elaboração do Plano Diretor de Informática e Informação, cujas diretrizes deverão nortear os Planos Diretores das Unidades.
- Divulgação das informações e do conhecimento produzidos ou armazenados nas Unidades da Fiocruz, interna e externamente, de forma ampla, democrática e

permanente, tendo em conta os critérios de natureza ética e o respeito à propriedade intelectual, para que sejam um instrumento a serviço dos que trabalham e estudam na instituição, assim como de toda a sociedade.

- Criação do Museu Científico, visando a articular à uma dimensão educativa, o imenso potencial informativo da Fiocruz, estabelecendo uma ponte entre os especialistas e o público mais amplo para o qual devem-se destinar os resultados da atividade científica.
- Implantação do Sistema de Arquivos Fiocruz.
- Manutenção e ampliação dos cursos e disciplinas já oferecidos nos níveis de pós-graduação nas áreas de sistemas de informação, comunicação em saúde, informática, pesquisa bibliográfica, arquivos e bibliotecas.
- Incorporação às atividades de educação continuada e à distância da Fiocruz dos conceitos e tecnologias integrantes da política de informação e comunicação.

Gestão Administrativa

Políticas e Prioridades

A proposição dos graus de autonomia e flexibilidade de gestão que deveriam possuir as Unidades da Fiocruz não deve buscar apenas uma nova solução administrativa, que seja mais funcional, reduzindo-se a um simples processo de modernização administrativa.

Trata-se de propor mudanças de ordem qualitativa, de introduzir uma nova perspectiva gerencial, mais profissional, estratégica e integradora das atividades; trata-se, sobretudo, de renovar a cultura organizacional, fortalecendo-se os princípios da **relevância pública** e **controle social**, da **eficiência** e da **qualidade** como base do trabalho institucional.

É preciso assumir um projeto de desenvolvimento institucional que permita aumentar a capacidade decisória de cada uma das Unidades, por meio de um processo de descentralização que, ao mesmo tempo, incremente a qualidade global das ações institucionais. A possibilidade de atender a estes requisitos, sem correr o risco de uma desagregação interna, encontra-se condicionada à definição clara de objetivos institucionais que sirvam para articulação das Unidades que compõem o complexo Fiocruz.

Requer-se uma dupla ação: por um lado, deve-se tender a minimizar as ações rotineiras e burocratizadas e maximizar a criatividade, como forma de imprimir uma maior velocidade de resposta frente a situações caracterizadas pela diversidade e fragmentação. Neste sentido, é preciso apontar para a maior autonomia e responsabilidade dos diversos componentes do sistema institucional.

Por outro lado, num movimento sincrônico, a Instituição como um todo deverá delimitar âmbitos e modos de atuação que permitam acionar a todos e a cada um dos componentes, de maneira que a composição dessas ações seja sinérgica e coerente com os propósitos e rumos da Instituição.

A flexibilidade institucional e a autonomia das Unidades são requisitos básicos para que a Fiocruz possa responder oportuna e eficazmente às demandas que lhe são colocadas, tanto pelo quadro sanitário do País quanto pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Proposições Específicas

Descentralização

A descentralização administrativa é um instrumento essencial que possibilita o incremento da eficiência e de eficácia das Unidades. Ao aproximar os usuários da gestão administrativa, torna possível o crescimento da participação, da responsabilidade e do compromisso dos executores.

A descentralização deve ser um processo progressivo que tome em consideração as prioridades da Unidade, a existência de um processo de planejamento e avaliação, a disponibilidade e acesso a um sistema de informação.

O mais importante, entretanto, é a consciência do elemento participativo neste processo. Não se trata apenas de passar as responsabilidades de um para outro, mas sim de se por em prática a melhoria contínua da eficiência das ações da Instituição.

Propõe-se:

- Adotar Plano de Objetivos e Metas entre Unidades e Presidência como instrumento político-administrativo de programação e avaliação que consolida, de forma consensual, os compromissos a serem assumidos, os padrões de desempenho aceitos e os resultados acordados no plano institucional.
- Elaborar normas técnicas e administrativas e criar mecanismos de integração inter e intra-Unidades visando à racionalização no uso de recursos.
- Estabelecer um Programa de Descentralização Administrativa, no qual tenham participação ativa todas as instâncias técnico-administrativas, o qual defina diretrizes, funções, decisões e responsabilidades a serem descentralizadas.

A forma de gestão administrativa adotada deverá garantir às Unidades, entre outros, os seguintes pontos:

- Adequação de sua estrutura organizacional e agilidade decisória compatível com suas atividades.
- Aquisição de materiais de consumo, serviços e equipamentos com agilidade e qualidade indispensáveis à atividade produtiva e de prestação de serviço.

Qualidade

A gestão da qualidade como filosofia de administração de empresas, comprovada em âmbito mundial, tem a faculdade de combinar em si características como o estímulo à participação dos trabalhadores e o compromisso com o desempenho da Instituição.

A adoção de um processo de gestão da qualidade deve ser entendido como uma opção importante que se apresenta hoje à alta direção da Fiocruz. No entanto, ela precisa ser erigida sob um fundo diversificado de iniciativas e preocupações com a questão da qualidade, de forma a contemplar, diferencialmente, o conjunto extremamente diversificado de atividades desenvolvidas pela Fiocruz.

Propõe-se:

- Estabelecer um Plano Estratégico para Implantação da Gestão da Qualidade, definindo prioridades e áreas de atuação, com cronograma de metas e orçamento definidos. Este planejamento, bem como as demais fases da implantação, deverão ser orientados por especialistas da área de qualidade total com experiência em projetos no serviço público, havendo uma sinergia pesquisa / especialista / consultoria, através de uma metodologia de geração, difusão e aplicação dos conhecimentos e ferramentas da qualidade que subsidiem a comunidade da Fiocruz sobre os conceitos, extensão e possíveis conseqüências de tal plano na vida institucional.

Financiamento

A crise estrutural pela qual passa o Estado brasileiro coloca para a Fiocruz a necessidade de diversificar as fontes de financiamento de forma a conferir estabilidade a seus planos e projetos de médio e longo prazos.

Trata-se de implantar políticas que, além de captar recursos de agências de fomento, ampliem o potencial de geração de receita própria, proveniente da venda de produtos, insumos e serviços, resguardando a finalidade pública da Instituição.

Deve-se ampliar a captação de recursos de agências de fomento nacionais e internacionais de forma institucionalizada, somando esforços à captação já realizada pelos pesquisadores individualmente, bem como implementar a parceria com empresas para o Desenvolvimento Tecnológico. A implantação de novas políticas de captação de recursos externos bem como de ampliação do potencial de geração de receita própria, proveniente da

venda de produtos, serviços e insumos devem pautar-se pelos princípios e ética da Instituição.

Propõe-se:

- A alocação às Unidades dos recursos provenientes do Tesouro deve ser orientada por uma avaliação em relação aos objetivos e metas propostas com base em parâmetros de custo e desempenho. Esta sistemática de distribuição de recursos deve assegurar o desenvolvimento das atividades permanentes da Instituição.
- A política de alocação dos recursos Diretamente Arrecadados deve ser definida anualmente pelo CD/Fiocruz, de acordo com os seguintes critérios:
- Definição de um percentual para constituição de um fundo de reserva técnica, a ser administrado pela Presidência.
- Alocação de recursos em programas considerados prioritários, em função da Política Nacional de Saúde e do cumprimento da missão institucional.
- Ampliação do financiamento e do aperfeiçoamento de mecanismos similares ao PAPES como garantia da distribuição dos recursos Diretamente Arrecadados, baseada nas prioridades estratégicas e competência técnico-científica, reconhecendo as instâncias colegiadas de deliberação.
- Aprimoramento a gestão dos recursos financeiros e do desenvolvimento das políticas institucionais através da:
- Criação de um sistema de apuração de custos.
- Separação no pool de Diretamente Arrecadado dos recursos captados em convênios para financiamento de pesquisa com vistas a sua atualização financeira e manutenção nos projetos de origem.

Recursos Humanos

O alto grau de especificidade das atividades desenvolvidas na Fiocruz requer um elevado nível de qualificação de seus recursos humanos, exigindo seleção adequada, definição de carreiras, programas de treinamento e salários dignos para manter e aprimorar a força de trabalho.

Por outro lado, deve-se implementar uma política de incorporação de pessoal formal e agressiva para a realização de concurso público, para as vagas já existentes e ampliação do quadro funcional, respeitando as características inerentes a cada Unidade e à política institucional em vigor.

Propõe-se:

- Constituir um Comitê de Recursos Humanos, formado por representantes de todas as Unidades, com o objetivo de elaborar, fixar e avaliar continuamente políticas, diretrizes e um Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, abrangendo as áreas técnico-científica e administrativa, de modo a contribuir com a excelência de desempenho para o alcance de objetivos institucionais.
- Constituir em cada Unidade uma comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- Retomar e manter o Programa de Aperfeiçoamento e o Programa de Estágios.

Recursos Físicos

- Revisar o Plano Diretor de obras da Fiocruz e suas prioridades, tendo em vista a existência de prédios com estrutura física em estado extremamente precário quase que inviabilizando a utilização dos mesmos.
- Dar prioridade à reforma do Hospital Evandro Chagas e à conclusão do projeto da planta industrial de Bio-Manguinhos, considerando a importância do desenvolvimento de vacinas, em busca da auto-suficiência nacional no setor.

Estrutura

- Desvincular o Departamento de Biotérios de Bio-Manguinhos, assegurando as condições técnicas, administrativas e orçamentárias que garantam o cumprimento dos seus objetivos, projetos e metas de desenvolvimento. Esse processo se dará a partir de revisão e definição da estrutura organizacional de Instituições, junto ao CD/Fiocruz no prazo de 90 (noventa) dias.